

## **XX Cumbre Judicial Iberoamericana**

### **Ronda Preparatória de Lisboa**

---

Excelências.

É com grande satisfação que dou as boas vindas a esta ronda preparatória da XX Cimeira Judicial Ibero-americana.

O mês de março, nesta bela cidade de Lisboa, no início da Primavera, acredito que é um contexto inspirador para um excelente encontro para todos.

Foi a partir do rio Tejo que temos à nossa frente que partiram os primeiros barcos que atravessaram o Atlântico e vieram a construir a ponte que hoje existe entre a Ibéria e a América. Por isso estamos reunidos num espaço especialmente simbólico desta união profunda que nos envolve.

É neste cenário que espero que esta ronda traduza um trabalho produtivo mas sobretudo um encontro que nos permita aprofundar os laços da nossa amizade comum e disfrutar um pouco da história e da cultura portuguesas.

---

Esta Cimeira Judicial Ibero-americana, Cumbre Judicial na língua oficial de 21 dos 23 países participantes, é uma instituição de grande prestígio neste universo de proximidade cultural, linguística e jurídica que é o espaço que junta a América Latina e os países europeus da península Ibérica.

Este é um espaço de união. Existem nesta comunidade judicial ibero-americana laços de grande proximidade e até de afetividade.

Mas o que nos interpela nesta ronda de trabalhos não pode ser apenas celebrar a nossa proximidade e a nossa amizade.

As 23 delegações estarão aqui para preparar, com toda a seriedade, a XX Cimeira Ibero-americana.

Os trabalhos, sendo encarados com a dedicação que é habitual, são uma tarefa muito exigente e que não pode ser encarada de ânimo leve.

Os desafios para justiça no espaço ibero-americano são grandes, com as mais diversas configurações.

O que se espera de nós é que, com elevação, todos sejamos capazes de debater, olho no olho e com espírito aberto, os problemas essenciais que afetam a realidade judiciária dos países que integram a nossa organização.

---

Vão ser debatidos vários temas.

A questão do acesso ao direito, que será olhada num grupo de trabalho, é uma matéria essencial na perspectiva do que é a função do sistema de justiça no contexto das sociedades que deve servir.

Não podemos esquecer, todavia, que os temas da independência e da integridade são sempre os valores essenciais a debater.

---

Falar de independência e integridade, de forma verdadeira, é um debate que se renova infinitamente, em todas as latitudes e, por isso, também no espaço ibero-americano.

Debater estes valores é debater o essencial do sistema de justiça.

Não existe justiça sem independência como não existe justiça sem integridade. Poderá, quanto muito, haver mecanismos de resolução de litígios mas nunca haverá uma verdadeira justiça digna desse nome.

Por isso, olhar estes temas é, na verdade, debater a essência da justiça e da democracia nos nossos países. É um debate algumas vezes fácil mas, muitas vezes, difícil e sensível. Mas é esse o trabalho que temos à nossa frente e que espero é que seja feito com grande abertura.

---

A nossa história comum, que junta esta península que fica a sul e a ocidente na Europa e toda uma imensa América que fala português e espanhol, tem laços de proximidade cultural que se refletem numa realidade jurídica e judiciária que nos aproxima.

Claro que existem fortes influências de outras áreas, desde o espaço americano ao europeu. Mas a proximidade e a afinidade cultural e jurídica neste espaço do “portunhol” é inegável e um laço indestrutível.

Não há entre nós, nem pode haver, qualquer resquício histórico que não seja apenas esta proximidade histórica e cultural.

Não há, nem pode existir, qualquer paternalismo entre a europa e a américa neste debate sobre independência e integridade do judiciário.

Num espaço de 23 países há desafios muito importantes para a independência e a integridade em todos eles.

Em Portugal e Espanha há questões muito importantes em cima da mesa nesta matéria.

Em Portugal correm processos judiciais relativos a crimes de corrupção com acusações criminais que atingem responsáveis políticos que detiveram cargos de topo na república. Também há em Portugal, nesse contexto, dois juízes de tribunais superiores sobre que recaem suspeitas de corrupção.

Em Espanha há um debate sério sobre a independência judicial e pressões sobre os juízes ligado à chamada questão da Catalunha.

Refiro especificamente os países da península ibérica e os problemas muito sérios que os afetam ao nível de independência e integridade precisamente para afastar, definitivamente, qualquer ideia, quase paternalista, de uma “velha europa”, supostamente mais sábia, pretender ensinar alguma coisa à “jovem américa”, quiçá mais irreverente e com maiores problemas decorrentes dessa “juventude”.

Não é essa a perspetiva que me parece certa para um encontro como o nosso. Estamos aqui todos para trocar experiências. Perceber as dificuldades que cada um tem. Tentar ajudarmo-nos mutuamente e tentar aprender uns com os outros.

Por fim, tentar identificar os problemas principais e os caminhos de solução comum que, eventualmente, possamos sugerir.

Um debate verdadeiro e sério é essencial para preparar XX Cimeira Ibero-Americana.

Um debate sério e verdadeiro é também essencial para que, no espaço da Iber Red, a Rede Judiciária ibero-americana, que é filha desta Cimeira, exista uma cooperação cada vez mais profunda.

Só assim o espaço ibero-americano de justiça será cada vez mais próximo, a todos os níveis.

---

Não podemos ignorar que o debate sobre independência e a integridade da justiça se insere sempre no contexto mais geral do debate sobre a democracia.

Obviamente que esta Cimeira não é um espaço de discussão política e, por isso, não é esperado dos trabalhos que se seguem qualquer reflexão sobre esta envolvente geral.

Esse não é, de facto, o propósito desta organização.

Isso não quer dizer que o debate não deva ser profundo e efetivo.

A independência pode ser caracterizada, brevemente, como a capacidade de decisão sem constrangimentos externos ou internos.

A integridade, por seu lado, refere-se a uma qualidade intrínseca do decisor de respeitar todos os deveres essenciais ao desempenho da sua função.

A independência e a integridade concretizam-se, para a sociedade, como a capacidade de decisão livre e imparcial dos litígios comuns.

São, por isso, mais que direitos dos juízes, direitos dos cidadãos e da coletividade. Por isso também, sem independência e integridade nunca haverá também uma verdadeira defesa dos direitos humanos.

Porque estas são questões essenciais, interpelo todos a uma reflexão séria que não deixe nada de fora. Que fale dos problemas para a independência. Que discuta a ética judicial.

Que parta das reflexões anteriores desta organização mas que as ultrapasse. Que seja capaz de olhar as reflexões do Representante Especial das Nações Unidas para a Independência de Juízes e Advogados, o peruano Diego Garcia-Sayán. Que discuta a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e o seu art.º 11º. Que se fale nos Princípios de Bangalore. Que não deixe de se olhar as reflexões da recentemente criada, sob a égide das nações Unidas, " Rede Global de Integridade Judicial". Que se alargue a discussão a todos estes tópicos a todos os outros que se apresentem pertinentes a uma reflexão séria.

É isso que se espera de uma comunidade fraterna: – Um trabalho com seriedade. Um debate com verdade.

E depois, fechados os momentos de trabalho, um convívio saudável e uma partilha da alegria de um encontro de amigos.

---

É para tudo isto que, com grande satisfação, declaro agora abertos os trabalhos da Ronda de Lisboa da XX Cimeira Judicial Ibero-americana.

Sejam bem-vindos!

Bom trabalho!